



Bloco se diz pronto para discutir uma “proposta concreta” sobre quebra de patentes, mas alerta que a medida não é a “bala mágica”

# Ceticismo europeu

Em meio ao polêmico debate sobre a quebra de patentes das vacinas contra a covid-19, proposta apoiada por Washington, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, afirmou ontem que o bloco continental está disposto a negociar uma “proposta concreta” do governo Joe Biden sobre o tema. Porém o belga, que está em Portugal para a Cúpula Social do Porto, arrematou, em conversa com os jornalistas, que suspender o direito à propriedade intelectual dos imunizantes não é, em curto prazo, a “bala mágica”. O político afirmou que, “no que diz respeito à solidariedade internacional, estamos totalmente empenhados por meio da Covax (iniciativa da ONU para compra e distribuição de vacinas)”. Michel também destacou a “decisão de tornar possível a exportação de vacinas”.



A quebra das patentes foi um dos assuntos mais levantados no jantar de sexta-feira à noite

e no primeiro dia da Cúpula do Porto, onde líderes discutem a agenda política e social da União Europeia (UE). Na reunião, o bloco anunciou um acordo com os laboratórios Pfizer/BioNTech para comprar até 1,8 bilhão de doses adicionais da vacina anticovid. É o terceiro contrato da UE com os produtores do imunizante à base de mRNA. O primeiro, assinado em novembro, garantiu 300 milhões de doses (incluindo uma opção para mais 100 milhões). Dois meses depois, foi firmado o segundo, com os mesmos números.

Ontem, o papa Francisco se manifestou favorável à quebra das patentes, pedindo a suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual. Em mensagem endereçada aos organizadores de um show em prol da vacinação mais rápida e equitativa em todo o mundo, o pontífice pediu que “um espírito de justiça” mobilize os governantes.

“Uma variante desse vírus é o nacionalismo fechado, que

impede, por exemplo, um internacionalismo das vacinas. Outra é quando colocamos as leis de mercado ou de propriedade intelectual acima das leis do amor e da saúde da humanidade”, escreveu. A iniciativa, proposta pela África do Sul e a Índia, aceleraria a produção mundial e sua aprovação requer o acordo dos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Alemanha foi o primeiro país a se posicionar de modo contrário.

## Reabertura

Com a queda no número de casos e uma média de 39 mortes por dia, a Bélgica reabriu ontem bares e restaurantes,

depois de quase sete meses. O país foi um dos mais afetados pela primeira onda da epidemia no ano passado e aumentou as restrições diante das subsequente. Agora, com a campanha nacional de vacinação a um ritmo acelerado, os números diários de

contágios reduziram, e o governo iniciou um retorno gradual à normalidade.

O governo do primeiro-ministro Alexander de Croo fez do fechamento de bares, cafés e restaurantes uma parte fundamental de sua estratégia anticovid, permitindo o acesso às áreas externas desses estabelecimentos semanas mais tarde do que o vizinho Luxemburgo. A reabertura aconteceu de forma escalonada: as mesas são limitadas a grupos de quatro, exceto para famílias maiores, e os clientes só podem acessar o interior para pagar ou ir ao banheiro. O fechamento é às 22h.

A política parece estar funcionando, embora esteja longe de ser popular, com vários proprietários de bares acreditando que no ano passado provaram que poderiam reabrir com responsabilidades com as restrições de distância adequadas. O governo forneceu algum apoio e reduziu drasticamente o imposto sobre o valor agregado do álcool para apoiar o setor.

Violeta Santos Moura/AFP



**Sobre propriedade intelectual, não achamos que no curto prazo seja uma bala mágica, mas estamos prontos para nos engajar nesse tópico assim que uma proposta concreta (dos EUA) for posta na mesa”**

Charles Michel

Kenzo Tribouillard/AFP



## Em 24 horas, 4 mil mortes

No pior momento desde o início da pandemia de covid-19, a Índia registrou mais de 4 mil mortes em 24 horas, e o já frágil sistema de saúde do país de 1,3 bilhão de pessoas está sobrecarregado.

Pessoas infectadas com o coronavírus continuam morrendo nas portas dos hospitais, que colapsaram, apesar da ajuda internacional. O pior ainda está por vir, segundo especialistas, que esperam um pico no final de maio.

O gigante asiático acumulava, ontem à noite, 238.270 mortes e 21,9 milhões de casos, números que vêm aumentando rapidamente, enquanto, no resto do mundo, as infecções e óbitos parecem mais controladas.

Diante da deterioração da situação, um confinamento de uma semana começou ontem no estado de Kerala, no sudoeste do país. Na região

de Karnataka, valerá por duas semanas.

A situação em Nova Délhi, a capital de 20 milhões de habitantes, e em Mumbai está se estabilizando, mas a escassez de suprimentos continua. A catástrofe atingiu países vizinhos como Bangladesh, Nepal e Sri Lanka, que fecharam suas fronteiras com a Índia, enquanto o Paquistão impôs um fechamento de nove dias durante o feriado muçulmano do Eid al-Fitr.

Ontem, a Índia, um dos países que propuseram a quebra das patentes das vacinas para covid, fez uma videoconferência com a União Europeia, cujos líderes discutem a agenda política do continente em uma cúpula no Porto, em Portugal. Os dirigentes indianos ouviram do presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, que o bloco aguarda uma proposta concreta de Washington.



## PAULO DELGADO

contato@paulodelgado.com.br

Com Henrique Delgado

# CAPITALISMO E DEMOCRACIA DE BIDEN

A unidade institucional típica da civilização norte-americana está ancorada no tripé das três grandes ordens de poder e administração de interesses: a ordem econômica pulverizada, a ordem política descentralizada e a ordem militar burocratizada. Todavia, os principais meios de poder com capacidade executiva rápida estão sob a estrutura plantada na Casa Branca. E são suas atividades, decisões e contatos que preservam e aumentam o domínio dos EUA como a maior democracia capitalista do mundo. Os EUA de Biden acordaram para a questão de que a compatibilidade do capitalismo com a democracia é algo que as sociedades constroem com boas regulações promotoras da civilidade e do bem-estar social. E, agora, quem quiser se salvar deve defender saúde e meio ambiente.

Quando Trump misturou liberalismo, populismo e ação política, os EUA sentiram o risco de desorganização social. Não deu outra. Biden chegou aos 100 dias de governo dando alta intensidade às suas ações. Ele é mais experiente e sabe que o aparato político não é extensivo mecânico de interesses econômicos ou de fanáticos apoiadores. Nenhum dos dois tem força para substituir o sistema político e o emaranhado de pessoas, instituições e hierarquias envolvidas. Mas, como tudo nos EUA, a vitória de Biden não significa que houve inversão de poder. Ele é continuidade com mudança.

À frente dos EUA, ao governo Biden apareciam três opções: uma era tentar segurar a situação presente (a que vigorou de 1973 até Obama), em que os EUA faziam a política econômica que bem entendiam, estando muito

integrados ao mundo. Funciona enquanto a sociedade civil não se rebela e a espinha dorsal do poder não se inclina a favor de mudanças. Nos EUA, a revolta ocorreu em 2016 com ânimos populistas-nacionalistas que acabaram levando Donald Trump ao poder. E, embora derrotado, é difícil voltar com o mau gênio que despertou para dentro da garrafa da normalidade. Por isso, mais exequíveis restam as outras duas opções.

A segunda é tentar se apropriar de algumas agendas populistas/nacionalistas do Trump e acelerar o retorno para o passado que o mundo viveu entre 1945 e 1973, com estados nacionais fortes e menos integrados. Contando com a aposta de que a sociedade civil americana mais ampla é democrata e capaz de criar uma identidade americana mais abrangente,

menos compartimentalizada em grupos de stauts e classes sociais, mas igualmente nacionalista. Esse, sim, é um puro “de volta para casa” econômico, que basicamente entrega o que Trump prometeu, só que com uma identidade americana multicultural e não racista.

A terceira é abrir caminho para a experimentação com um maior federalismo global. Ou seja, regras globais básicas de imposto, trabalho, remuneração, bem-estar social, etc. O apoio a um imposto global para as big techs vai nesse caminho. Como, por questões tecnológicas, a globalização só vai aumentar, o plano 2, mesmo na sua versão bem-intencionada, é difícil dar certo do ponto de vista democrático. Democracia como a ideia de igualdade entre as pessoas (uma pessoa, um voto), mas também

os valores liberais de proteção das minorias e impedimento de concentração de poderes não se enquadra no apetite concentrador de capital e poder que possuem as empresas de alta tecnologia. A liberdade de oportunidade possibilitada pelas redes sociais delas derivadas são uma válvula de escape, mas precisam de vigilância pública e sofrem controle remoto privado.

O plano 3, de maior federalismo global com sociedade civil forte, é o que nunca foi testado. Afinal, as organizações internacionais dos anos 1970 para cá são mais fachada do que substância — crescem menos do que as grandes empresas e fortunas individuais — e as que funcionam o fazem com base em déficit democrático e estão sujeitas à lei do mais forte. Todavia é cada vez maior a melhor chance para

se seguir tendo uma sociedade civil livre, ativa, com economias pujantes e com menos chance de guerra militar ou fiscal. Verdade seja dita de que até poucos anos atrás não havia tecnologia que fizesse o plano 3 exequível. Hoje, as Big Tech, administradas de forma mais transparente e democrática, são parte da solução.

Por fim, em qualquer caminho, o viés ambiental é inevitável e faz parte da equação para modernizar a relação entre capitalismo e democracia. É aí que está a grande oportunidade para o Brasil se situar na alta conversa entre seus dois maiores parceiros comerciais, pois não haverá nova geografia ambiental sem EUA, China e Brasil de acordo. Pena termos um presidente tão desinformado sobre tudo.

■ PAULO DELGADO, sociólogo